



Ministério da Justiça



UnB



Centro de Apoio ao
Desenvolvimento
Tecnológico



latitude
Laboratório de tecnologias da tomada de decisão

Termo de Cooperação/Projeto:

**Acordo de Cooperação Técnica
FUB/CDT e MJ/SE
Registro de Identidade Civil –
Replanejamento e Novo Projeto Piloto**

Documento:

***RT Newsletter* de Notícias**

Data de Emissão:

27/06/2014

Elaborado por:

**Universidade de Brasília – UnB
Centro de Apoio ao Desenvolvimento
Tecnológico – CDT
Laboratório de Tecnologias da Tomada
de Decisão – LATITUDE UnB**

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

José Eduardo Cardozo
Ministro

Márcia Pelegrini
Secretária Executiva

Hélvio Pereira Peixoto
Coordenador Suplente do Comitê Gestor do
SINRIC

EQUIPE TÉCNICA

Ana Maria da Consolação Gomes
LindgrenAlexandre Cardoso de Barros
Andréa Benoliel de Lima
Beatriz Merguiso Garrido
Celso Pereira Salgado
Delluiz Simões de Brito
Domingos Soares dos Santos
Elaine Fabiano Tocantins
Felipe Bragança Itaborahy
Fernando Saliba
Fernando Teodoro Filho
Guilherme Braz Carneiro
Jhon Kennedy Férrer Lima
José Alberto Sousa Torres
Joaquim de Oliveira Machado
Marcelo Martins Villar
Narumi Pereira Lima
Paulo Cesar Vieira dos Santos
Raphael Fernandes de Magalhães Pimenta
Rodrigo Borges Nogueira
Rodrigo Gurgel Fernandes Távora
Sara Lais Rahal Lenharo

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Ivan Marques Toledo Camargo
Reitor

Paulo Anselmo Ziani Suarez
Diretor do Centro de Apoio ao
Desenvolvimento Tecnológico – CDT

Rafael Timóteo de Sousa Júnior
Coordenador do Laboratório de Tecnologias
da Tomada de Decisão – LATITUDE

EQUIPE TÉCNICA

Flávio Elias Gomes de Deus
(Pesquisador Sênior)
William Ferreira Giozza
(Pesquisador Sênior)
Ademir Agostinho de Rezende Lourenço
Adriana Nunes Pinheiro
Alysson Fernandes de Chantal
Andréia Campos Santana
Andreia Guedes Oliveira
Caio Rondon Botelo de Carvalho
Cristiane Faiad de Moura
Daniela Carina Pena Pascual
Danielle Ramos da Silva
Eduarda Simões Veloso Freire
Egmar Alves da Rocha
Fábio Lúcio Lopes Mendonça
Fábio Mesquita Buiati
João Luiz Xavier M. de Negreiros
Jonathas Santos de Oliveira
José Carneiro da Cunha Oliveira Neto
José Elenilson Cruz
Kelly Santos de Oliveira Bezerra
Leticia Cynthia Renee Garcia Fernandez
Luciano Pereira dos Anjos
Luciene Pereira de Cerqueira Kaipper
Luiz Claudio Ferreira
Marco Schaffer
Marcos Vinicius Vieira da Silva
Maria do Socorro Rocha
Pedro Augusto Oliveira de Paula
Renata Elisa Medeiros Jordão
Roberto Mariano de Oliveira Soares
Sandro Augusto Pavlik Haddad
Sergio Luiz Teixeira Camargo
Soleni Guimarães Alves
Valério Aymoré Martins
Wladimir Rodrigues da Fonseca

HISTÓRICO DE REVISÕES

Data	Versão	Descrição
27/06/2014	1.0	Versão inicial.



Universidade de Brasília – UnB
Campus Universitário Darcy Ribeiro - FT – ENE – Latitude
CEP 70.910-900 – Brasília-DF
Tel.: +55 61 3107-5598 – Fax: +55 61 3107-5590

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
2	HISTÓRICO	7
3	NEWSLETTER	9
4	METODOLOGIA APLICADA	11
5	CONCLUSÃO	12

1 INTRODUÇÃO

A Secretaria Executiva (SE/MJ), vinculada ao Ministério da Justiça (MJ), é responsável por viabilizar o desenvolvimento e a implantação do Registro de Identidade Civil, instituído pela Lei nº 9.454, de 7 de abril de 1997, regulamentado pelo Decreto nº 7.166, de 5 de maio de 2010.

Atualmente, a República Federativa do Brasil conta com sistema de identificação de seus cidadãos amparado pela Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983. Essa lei assegura validade nacional às Carteiras de Identidade, ou Cédulas de Identidade; confere também autonomia gerencial às Unidades Federativas no que concerne à expedição e controle dos números de registros gerais emitidos para cada documento. Essa condição de autonomia, ao contrário do que pode parecer, fragiliza o sistema de identificação, uma vez que proporciona condições ao cidadão de requerer legalmente até 27 (vinte e sete) Cédulas de Identidades diferentes. Com essa facilidade legal, inúmeras possibilidades fraudulentas se apresentam de maneira silenciosa, pois, na grande maioria dos casos, os Institutos de Identificação das Unidades Federativas não dispõem de protocolos e aparato tecnológico para identificar as duplicações de registro vindas de outros estados, ou até mesmo do seu próprio arquivo datiloscópico. Consoante aos fatos, os Institutos de Identificação não trabalham interativamente para que haja trocas de informações de dados e geração de conhecimento para manuseio inteligente e seguro para individualização do cidadão em prol da sociedade.

Com foco na busca de soluções para tais problemas, o Projeto RIC prevê a administração central dos dados biográficos e biométricos dos cidadãos no Cadastro Nacional de Registro de Identificação Civil (CANRIC) e ABIS (do inglês *Automated Biometric Identification System*), respectivamente. A previsão desse novo modelo sustenta a não duplicação de registros e a consequente identificação unívoca dos cidadãos brasileiros natos e naturalizados. O Projeto RIC, portanto, visa otimizar o sistema de identificação e individualização do cidadão brasileiro nato e naturalizado com vistas a um perfeito funcionamento da gestão de dados da sociedade, os quais agregam valor à cidadania, à gestão administrativa, à simplificação do acesso aos serviços disponíveis, ao cidadão e à segurança pública do país.

Nesse contexto, o termo de cooperação entre MJ/SE e FUB/CDT define um projeto

que objetiva identificar, mapear e desenvolver parte dos processos e da infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a implantação do número único de Registro de Identidade Civil – RIC no Brasil.

Resultante de um subconjunto das atividades previstas para inicialização da cooperação MJ/SE e FUB/CDT, o presente documento contempla o plano estratégico elaborado durante as oficinas técnicas e capacitação da equipe de desenvolvimento formada por pesquisadores da Universidade de Brasília e representantes dos órgãos: Ministério da Justiça, Ministério do Planejamento, Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Previdência Social, Instituto Nacional de Tecnologia da Informação da Presidência da República, Polícia Federal, Instituto de Identificação do Distrito Federal, Dataprev e Serpro.

O presente relatório contempla ainda o novo Cronograma e a Estrutura Analítica do Projeto – EAP. De forma geral, o nivelamento e as discussões realizadas com os colaboradores possibilitaram o aprendizado de conceitos-chave para a elaboração do plano estratégico e metodologia de trabalho, assim como, apresentação da EAP do SINRIC. A metodologia adotada durante todo o processo levou em consideração o trabalho realizado em equipe, tendo como resultado a construção do conhecimento pelos diversos atores no processo. Com isso, tem-se um trabalho de construção coletiva e consensual, o que valida os resultados ora apresentados.

2 HISTÓRICO

O Projeto RIC teve seu início em 31 de julho de 2013, a partir da assinatura do Termo de Cooperação nº 001/2013, rastreável por meio do Processo 08004.001227/2013-77.

Verificou-se a necessidade de um replanejamento da execução do projeto, uma vez que algumas informações estavam defasadas. Decidiu-se pela realização de um Planejamento Estratégico usando a metodologia *Balanced Scorecard* – BSC e Análise SWOT, o que resultou numa revisão de prazos e realocação de atividades previstas no projeto.

A partir dessa atividade foi possível estabelecer uma Estrutura Analítica do Projeto - EAP mais coerente com a realidade da execução do projeto.

Verificou-se que para algumas atividades o prazo foi subestimado, em virtude de não se ter avaliado todas as variáveis envolvidas.

Foi considerada a necessidade de ampliação do prazo para os diagnósticos previstos, pois verificou-se que seria melhor fazer o levantamento em um número maior de Estados, ao invés de fazer por amostragem, como foi proposto originalmente.

No que diz respeito ao sistema, durante o planejamento estratégico e em função de visitas de *benchmarking* realizadas, esbarrou-se com o dilema entre um desenvolvimento partindo do zero, como estava previsto, ou a possibilidade de aquisição de soluções já desenvolvidas.

Para todos os sistemas, independentemente da escolha que se faça, entre desenvolver ou adquirir, identificou-se a necessidade de se realizar chamamento público para validar a possibilidade e verificar a disponibilidade de *softwares* compatíveis no mercado.

Outro motivo para a alteração nos prazos de execução é que a previsão orçamentária para 2014, a qual previa R\$ 125 milhões, não se cumpriu, tendo aprovação do montante de R\$ 11,8 milhões.

Outra dificuldade encontrada para o cumprimento dos prazos estabelecidos foi a constatação de que os membros do GTT indicados não dispunham do tempo estimado. Assim, verificou-se que a dificuldade de comprometimento dos membros do GTT, os quais foram indicados, não poderia ser atribuída à má vontade e sim à não disponibilidade de

tempo para contribuir com o projeto. Inicialmente, o compromisso era de que haveria sempre um colaborador do Governo Federal em cada uma das frentes do projeto, juntamente com um líder indicado pela UnB.

No que diz respeito à discussão sobre o Ecossistema, verificou-se que a interlocução com os atores do projeto para definição das interfaces fica mais coerente após a finalização do diagnóstico da situação de identificação no país. Dessa forma, essa parte do projeto será iniciada somente quando se concluir o diagnóstico da situação de identificação.

Houve a necessidade ainda de adiar a frente de Auditoria. A definição das Normas de Auditoria fica coerente e consistente somente após a definição dos padrões operacionais. Dessa forma, adiou-se o início da definição dos procedimentos de auditoria para o 16º mês de execução do projeto.

3 NEWSLETTER

A comunicação interna é acionada para colaborar ou desenvolver conteúdos de análise, auto-conhecimento e história de uma organização ou instituição. Sendo ela um sistema de mão dupla, estruturado, dinâmico e proativo, capaz de disseminar o fluxo de informações que o Programa tem interesse em compartilhar e que o colaborador precisa saber, faz-se necessário um relacionamento permanente com os colaboradores, permitindo que a comunicação interna realize a primeira de suas funções estratégicas: a difusão da Visão, Missão e Valores Corporativos

Este relatório apresenta um produto de comunicação interna desenvolvido com o objetivo de facilitar e melhorar a comunicação dos participantes e colaboradores do Programa RIC. O *newsletter* é direcionado aos servidores do Ministério da Justiça ligados ao programa e também aos pesquisadores da UnB.



Despedida Dra Márcia Pelegrini

AVISO

Novo canal de comunicação

O Programa RIC ganhou um novo espaço de comunicação: o newsletter mensal do RIC. Este newsletter é direcionado aos servidores e pesquisadores, e agora, sua equipe pode divulgar notícias e resultados dos trabalhos aqui! Aproveite este novo espaço e comunique suas ideias e novidades!

Equipe do RIC se despede de Dra. Márcia Pelegrini e dá as boas vindas ao novo Secretário Executivo, Marivaldo de Castro Pereira



A manhã do último dia 5 foi de festividades para a equipe do Programa RIC. Servidores do Ministério da Justiça e pesquisadores da UnB receberam a ex-secretária executiva do MJ, Dra. Márcia Pelegrini, para um café da manhã, coordenado por Hêlvio Peixoto. O objetivo principal do encontro foi agradecer à secretária o apoio dado ao projeto ao longo de sua gestão. Na ocasião, Márcia e Marivaldo, novo secretário executivo, tiveram a oportunidade de conhecer as instalações do RIC e se atualizarem sobre o andamento dos trabalhos. Eles foram apresentados a grande parte da equipe e realizaram uma visita guiada por Hêlvio Peixoto. Antes do momento de confraternização, Peixoto agradeceu à secretária pelo apoio dado à equipe durante sua gestão. A ex-secretária também agradeceu e teceu elogios ao trabalho realizado pelo coordenador do projeto e sua equipe. O novo secretário, Marivaldo Pereira, se mostrou animado com o projeto e ressaltou que concorda com a posição de Márcia em relação ao programa, a qual considera o RIC um projeto prioritário dentro do MJ. Ao final, Márcia recebeu flores das mãos da gestora do subprojeto Biometria, Sara Lenharo, em nome da equipe do Programa RIC.



4 METODOLOGIA APLICADA

Para elaboração do referido produto foram realizadas reuniões de *briefing* com os gestores do Projeto de Gestão Integrada, a fim de compreender as necessidades de comunicação do Programa RIC, bem como estabelecer as definições de público interno.

Uma vez estabelecidos os parâmetros editoriais, a equipe de comunicação elaborou um esboço de *layout* com a definição de cores, fontes e diagramação para apreciação do gestor do SINRIC, Hêlvio Peixoto. Posteriormente, foram produzidas as notas jornalísticas e reunidas imagens ilustrativas. Ficou estabelecido a divulgação mensal do *newsletter*.

5 CONCLUSÃO

Por meio de um trabalho coordenado e interdependente entre as equipes da SE e da Universidade de Brasília, as atividades de elaboração deste RT foram planejadas, discutidas, executadas e documentadas.

Desta forma, conclui-se que a entrega obteve êxito quanto à apresentação de uma ferramenta emergencial de comunicação interna, de fácil manuseio e envio, voltada para o público interno. As atividades envolvidas nessa etapa observaram formalmente a execução dos passos da metodologia elencada para gestão do projeto, PMI/PMBok.

Universidade de Brasília – UnB

Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico – CDT

Laboratório de Tecnologias da Tomada de Decisão – LATITUDE

www.unb.br – www.cdt.unb.br – www.latitude.eng.br